



BOI GARANTIDO: DO CURRAL NA CACHOEIRINHA ÀS REDAÇÕES DOS JORNAIS (MANAUS, 1917-1949)

BOI GARANTIDO: FROM THE CORRAL IN CACHOEIRINHA TO NEWSPAPER OFFICES (MANAUS, 1917-1949)

Júlio Bentes Lima Coimbra.*

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas – SEDUC-AM

 <https://orcid.org/0000-0003-2574-1879>
julio.coimbra@prof.am.gov.br

RESUMO: Este artigo analisa como os diretores e os brincantes do Boi *Garantido* lançaram mão dos jornais para afirmar uma imagem positiva do bumbá entre os anos de 1917 e 1949 em Manaus. O procedimento metodológico privilegiou a imprensa comercial como objeto de análise e agente da história, buscando compreender como os periódicos se posicionavam diante do tema. Os resultados evidenciam que o reconhecimento público do bumbá foi mediado por negociações assimétricas entre jornalistas e integrantes do boi.

PALAVRAS-CHAVE: Boi Garantido; imprensa; negociações; Manaus.

ABSTRACT: This article examines how directors and performers of Boi *Garantido* relied on newspapers to promote a positive image of the bumbá between 1917 and 1949 in Manaus. The methodological approach prioritized commercial press both as an object of analysis and as a historical agent, seeking to understand how periodicals positioned themselves regarding the theme. The results show that the public recognition of bumbá was mediated by asymmetric negotiations between journalists and members of the boi.

KEYWORDS: Boi Garantido; press; negotiations; Manaus.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Amazonas. Professor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas.

INTRODUÇÃO

Naquela noite de quinta-feira, 20 de junho de 1918, após encerrar suas atividades laborais no Cemitério São João Batista, Jeremias Ferreira dos Santos saiu acompanhado de outros homens pela rua Silves, localizada no bairro Cachoeirinha, em direção ao centro da cidade. O destino comum do grupo era a avenida Eduardo Ribeiro, onde estava situado um periódico de grande circulação em Manaus: o *Jornal do Commercio*.

Em frente ao jornal, ele e os companheiros dançaram e cantaram. Mestre Jeremias, como era conhecido, aproveitou a ocasião para declarar que estava “aparelhado para divertir os moradores da Cachoeirinha com o seu cordão denominado Boi Garantido”, visitando os “diversos pontos daquele arrabalde”, além de convidar os jornalistas “para assistir ao ensaio geral do cordão”, no dia 23 daquele mês, à noite (JORNAL DO COMMERCIO, 21/6/1918, p. 1).

Até sua morte repentina, em 1947, vítima de atropelamento por um carro, Jeremias Ferreira foi um dos diretores do Boi *Garantido* que mais figuraram nas páginas dos jornais, com frequentes visitas à redação do *Jornal do Commercio*. Nascido em Codó, cidade conhecida como “a capital da magia negra”¹, o maranhense migrou para Manaus no final do século XIX, onde trabalhou, entre outros ofícios, como coveiro e formou família com Efigênia Alfa, líder de um terreiro de religião de matriz africana. Além de ensaiador e *Vaqueiro* do Boi, era ele mesmo quem o confeccionava para brincar nas noites juninas. Sua fama de brincante na cidade derivava também de seu envolvimento em diversos cordões carnavalescos: Caboclinhos Suraras, Bloco dos Linguarudos e Cordão das Lavadeiras (ASSUNÇÃO, 2008).

Mesmo após o fim formal da escravidão, Mestre Jeremias seguiu enfrentando as agruras do racismo e da exclusão social, lutando diariamente pela própria sobrevivência. Em Manaus, então em plena ascensão econômica devido ao ciclo da borracha, ele foi submetido a condições degradantes, o que reforçava sua marginalização: uma existência marcada pela negação de direitos básicos, moradias precárias e jornadas extenuantes que minavam sua saúde. Uma biografia atravessada por descaso, preconceito, dor e tragédia – mas também, e sobretudo, por resistência.

¹ Identificado como a “Terra dos pais de santo”, o município maranhense concentra mais de 400 terreiros de religiões de matrizes africanas, proporcionalmente o maior do Brasil, com a presença da Pajelança, do Tambor de Mina e, principalmente, do Terecô, também conhecido como “Brinquedo de Santa Bárbara”, com origem Banto e Jeje-Nagô (FERRETTI, 2001).

Na mesma medida em que era excluído do mercado de trabalho, Mestre Jeremias articulava formas alternativas de luta pela cidadania, principalmente por meio de grupos recreativos, ainda que a ordem republicana tentasse enquadrar sob o estigma racial as manifestações culturais de pessoas negras e empobrecidas. De acordo com Antonio Maurício Costa (2022, p. 36), “nos primeiros anos do pós-Abolição, diferentes tipos de associações negras (como irmandades, grupos religiosos e cordões festivos, por exemplo) aumentaram sua visibilidade no espaço urbano, expressando publicamente formas de sociabilidade, de identidade e de ajuda mútua”.

A notícia que principia este texto está localizada na coluna “Festas Joaninas”, publicada pelo *Jornal do Commercio* em alusão aos festejos populares daquele ano de 1918 em honra a São João, eventos realizados nos bairros São Raimundo e Cachoeirinha, localidades consideradas suburbanas à época, onde os moradores preparavam “constantes bailes, queimação de fogos cambiantes, fogueiras e exhibições de cordões” (JORNAL DO COMMERCIO, 21/6/1918, p. 1). Um ano antes desse registro, o mesmo jornal havia publicado uma breve nota no final da página, anunciando: “Às dezesseis horas de hoje, [dia 15 de julho], na praça Floriano Peixoto, haverá uma festa regional, seguida da matança do boi Garantido. Uma banda de músicos animará os folguedos” (JORNAL DO COMMERCIO, 15/7/1917, p. 1).

Portanto, ainda que não se tratasse do cordão de boi pioneiro a visitar a redação do periódico, nem mesmo o primeiro registro jornalístico do referido boi, a notícia da visita de Mestre Jeremias se destaca por apresentar informações mais detalhadas sobre a cultura dos bois-bumbás em Manaus. Publicada pelo *Jornal do Commercio*, a nota se sobressai justamente por dar visibilidade ao bumbá como um dos divertimentos das “festas joaninas”, mencionando especificamente o nome do cordão, de seu diretor, a localização do curral e a programação do Boi *Garantido* durante aqueles dias de festejos tradicionais.

Esse registro é particularmente significativo por ocorrer em um período em que as manifestações culturais de pessoas negras e empobrecidas eram frequentemente marginalizadas, por serem consideradas destoantes da imagem de modernidade que se projetava para a cidade. Nesse contexto, a publicação de notícias que valorizassem tais divertimentos não era a regra, mas a exceção.

Embora a classe dominante interpretasse as festas como momentos de alienação dos participantes, o que supostamente facilitaria o controle social dos trabalhadores, era justamente por meio delas que os negros, por exemplo, recriavam a África no Brasil e

teciam laços de solidariedade em torno de símbolos invocados. Isto é, essas práticas situavam-se dentro do modo de produção em que se realizavam (AZEVEDO, 2018; MOURA, 2019). Portanto, o debate aqui proposto questiona: como os diretores e os brincantes do Boi *Garantido* enfrentaram a marginalização de suas experiências festivas em Manaus no início do século XX?

A produção acadêmica sobre os bois-bumbás de Parintins (Caprichoso e Garantido) conta com significativas contribuições, como os trabalhos de Maria Laura Cavalcanti (2000), Sérgio Ivan Braga (2002) e Andreas Valentin (2005), que analisaram os protagonistas do Festival Folclórico de Parintins por meio de abordagens históricas e etnográficas. Todavia, persiste uma lacuna nos estudos sobre os bois-bumbás de Manaus², particularmente no que diz respeito ao período aqui investigado.

Essa escassez de pesquisas torna-se ainda mais notável quando se considera que a presença dos bumbás na capital amazonense já era bastante expressiva desde o início do século XX. A propósito, seus registros mais antigos remontam a 1859, conforme documentou o viajante e médico alemão Avé-Lallemant (1980), ao informar que a brincadeira do boi era dançada por “gente de cor” durante festejos católicos, com cantoria e “batuques sincopados” de personagens fantasiados ao redor de um bumbá, tudo acompanhado por uma multidão sob a luz de archotes.

Os apontamentos sobre os festejos de bois no Brasil no século XIX ganharam notoriedade por meio de memorialistas e jornalistas, seja pela exaltação ou pela oposição, como a conhecida menção ao boi de Recife, datada de 1840, pelo jornal *O Carapuceiro*. Na edição, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama demonstrou sua indignação diante do escárnio feito por negros ao “padre”, personagem da brincadeira. No Pará, o alvo das denúncias foi o Boi Caiado, registrado na *Voz Paraense* como atentado à segurança pública em 1850. O periódico exigia a vigilância das autoridades policiais ao brinquedo encenado por negros escravizados, alegando supostas desordens provocadas pelo grupo (BRAGA, 2002; SALLES, 2015).

Em consonância com perspectivas teórico-metodológicas do historiador E. P. Thompson (1998), este estudo investiga as experiências de “sujeitos comuns” que acionam suas lutas como reivindicação aos direitos à cidadania plena, isto é, a história “vista de baixo”. Ao mesmo tempo, dialoga com Stuart Hall (2003) no que diz respeito

² Destaca-se o artigo *Boi-bumbá, memória de antigamente*, de Selda Vale da Costa (2002).

aos processos de “transcodificação”: o uso de táticas por pessoas negras para construir uma imagem engrandecedora de si.

Desse modo, ao investigar os bois de Manaus na perspectiva da história social, defende-se que as festas pertencem à História, portanto, são de domínio dos historiadores. Por meio delas, é possível conhecer suas frestas: sociabilidades, conflitos e resistências empreendidas por sujeitos históricos num contexto festivo – ou seja, movimentos próprios da história (CUNHA, 2001; ABREU; MATTOS, 2018).

A escolha desse cordão recreativo junino como objeto de pesquisa justifica-se por ser um dos mais antigos bois-bumbás da cidade, cujas atividades remontam ao início do século XX: o pedido de licença junto à Chefatura de Polícia e a visita dos brincantes a um jornal de grande circulação, noticiada no final da década de 1910. Desde então, a grande imprensa reproduziu mais informações sobre o lazer dos trabalhadores que brincavam no Boi *Garantido* e em outros cordões de boi situados em lugares frequentemente associados à criminalidade, como a Cachoeirinha. Logo, o recorte temporal adotado abrange desde os primeiros registros do referido boi no *Jornal do Commercio* até o reconhecimento dos bumbás como o principal divertimento da época junina em Manaus, na década de 1940.

Portanto, este artigo analisa como os diretores e os brincantes do Boi *Garantido* lançaram mão dos jornais para afirmar uma imagem positiva do bumbá entre os anos de 1917 e 1949 em Manaus – isto é, antes da fundação do Festival Folclórico do Amazonas, ocorrida em 1957. Esse evento contava com a disputa entre os grupos “folclóricos” organizados por trabalhadores de diversos “subúrbios” da capital amazonense e do interior do estado, incluindo bois, pássaros, “tribos” e danças regionais.

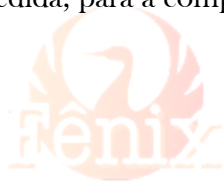
A documentação utilizada para esta pesquisa em história foi a produzida pela imprensa manauara, com ênfase para petições, despachos de licença, visitas às redações, convites aos jornalistas, ensaios no curral, participação em concursos, saídas às ruas e o batismo do Boi *Garantido*. Foram identificados 25 registros na imprensa, consultando os acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Pública do Amazonas e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, com destaque para os periódicos *A Gazeta*, *A Tarde*, *Estado do Amazonas*, *Jornal do Commercio* e *O Jornal*, além do *Diário Oficial do Amazonas*.

Ao privilegiar essa documentação, destaca-se que a imprensa deve ser compreendida não apenas como fonte histórica, mas também como agente ativo da história, atuando como um instrumento de influência dos interesses institucionais ao

registrar e interpretar os acontecimentos de acordo com suas ideologias políticas. Afinal, os grandes jornais constituem-se como força social ativa, alinhados às ideologias da classe dominante que, historicamente, utilizou – e ainda utiliza – esses poderosos veículos de comunicação como mecanismos de manutenção de privilégios, operando simultaneamente como empresas capitalistas geradoras de lucro e opinião pública (CAPELATO, 1988; CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Dado o evidente alinhamento dos jornais às ideologias dominantes, a análise concentrou-se nas posições políticas dos redatores e na leitura cuidadosa dos registros jornalísticos, examinando símbolos, imagens, linguagem e contextos. Esse enfoque metodológico permitiu a compreensão crítica dos recursos narrativos empregados pelos jornalistas, já que os veículos de comunicação ocultam seus interesses sob a aparência de neutralidade. Dessa forma, foi possível identificar como os periódicos se posicionavam diante dos festejos de bois-bumbás em Manaus no período em questão.

Por fim, vale frisar que, embora este artigo tenha como foco principal o *Boi Garantido* – e não apresente resultados totalizantes –, sua abordagem contribui, em certa medida, para a compreensão mais ampla da cultura dos bois-bumbás de Manaus.



A CIDADE, OS JORNAIS E OS BUMBÁS

O desenvolvimento da imprensa periódica em Manaus teve início apenas na segunda metade do século XIX, vinculado diretamente ao processo de instalação da província. O pioneiro *Cinco de Setembro*, fundado em 1851 e renomeado como *Estrela do Amazonas* em 1854, foi seguido por outros títulos, como o *Vigilante*, em 1859. Em números, os periódicos apareceram na capital amazonense quase cinquenta anos depois do que em outras províncias, como o Rio de Janeiro, então capital do império. O caráter efêmero marcou a maioria dos empreendimentos jornalísticos daquele período, com apenas três periódicos alcançando relativa longevidade: *Amazonas* (1866-1921), *Commercio do Amazonas* (1869-1904) e *Jornal do Amazonas* (1875-1891). Esses veículos de maior duração eram voltados à política partidária e à literatura, além de contarem com fluxo mais robusto de anúncios e um número maior de venda de seus exemplares (CALIRI, 2014).

Desde o período provincial, Manaus era alvo de ambiciosos projetos de modernização e progresso que tomavam Paris como modelo civilizatório. O *boom* da exportação da borracha “transformou” radicalmente o *status* da cidade: de modesto

vilarejo à condição de capital mundial do látex. Nesse processo, construía-se a narrativa de um passado que precisava ser superado. Por isso, as mudanças partiam de fora para dentro, começando nos costumes e hábitos da população por meio de dois mecanismos complementares: a regulamentação impositiva dos Códigos de Posturas e o projeto ideológico exercido pela imprensa periódica. Afinal, os governantes já reconheciam a importância do papel estratégico dos jornais na formação da opinião pública e do imaginário social (PINHEIRO, 2015a; DIAS, 2019).

O ano de 1889 foi significativo para a imprensa do Amazonas, tendo em vista o aparecimento de mais jornais e outros impressos. Somente no ano da inauguração da República surgiram vinte deles, com ideologias favoráveis e contrárias ao novo modelo de governo que se impunha ao país (CALIRI, 2014). No fim do século XIX, Manaus já concentrava um grande contingente populacional, composto por nacionais e estrangeiros. Portugueses, espanhóis, italianos, cearenses, maranhenses e paraibanos desembarcaram na cidade, vislumbrando melhores oportunidades de trabalho em uma urbe que crescia economicamente de forma acelerada em decorrência da exploração da borracha. Em poucas décadas, a população da cidade saltou de 5 mil para 75 mil habitantes (PINHEIRO, 2014).

Manaus abriu o século XX com a “modernização” do seu centro urbano. Os jornais construíram paulatinamente o ideal de modernidade, com ilustrações e mensagens que anunciavam o comportamento da sociedade dos novos tempos, ao mesmo tempo que condenavam o passado ao esquecimento. Os grandes prédios davam a tônica do progresso da cidade: Teatro Amazonas, Palacete Provincial e o Porto reformado com tecnologia inglesa. A capital amazonense apresentava-se, assim, como a capital mundial da borracha, a “Paris dos Trópicos”, para atender aos interesses das elites econômicas (PINHEIRO, 2015a; DIAS, 2019).

As contradições do capitalismo dificultavam o acesso à cidadania aos sujeitos tidos como obstáculos para o projeto social que se apresentava naquele momento: indígenas, negros e empobrecidos. O cenário foi de exploração, violência, exclusão e negação de condições básicas de sobrevivência, condenando os trabalhadores – muitos deles recém-saídos da escravidão – aos trabalhos mais pesados, tanto nos seringais quanto na parte urbana de Manaus. Eles ocuparam os serviços de maior carga de trabalho e de menor remuneração, como no porto, nas embarcações e ainda nas construções realizadas na cidade.

Pouco qualificados para o mercado de trabalho formal, os lugares de moradia a eles impostos foram as regiões distantes do centro da cidade, como Cachoeirinha, São Raimundo, Tócos (Aparecida) e Praça 14 de Janeiro. Esses “subúrbios” concentravam muitos migrantes nordestinos: homens e mulheres, negros e negras, que enfrentavam as dificuldades existentes nesses locais, carentes de eletricidade, sistema de esgoto e água potável (PINHEIRO, 2015a). O cotidiano dessas pessoas, por conseguinte, era de exploração de sua força de trabalho e de negação de direitos, inclusive ao lazer e à memória.

Fundada no final do século XIX, a Cachoeirinha foi assim nomeada em decorrência de um igarapé que formava uma corredeira na região, local aproveitado tanto para o lazer quanto para a lavagem de roupas. Ao longo de sua história, o bairro é lembrado pela força da religiosidade, pelo sucesso nos esportes e pelas famosas festas juninas, com proeminência para os arraiais realizados em frente à Capela do Pobre Diabo, onde ocorriam apresentações de pássaros e de bois (AMAZONAS, 1987).

Denominada de “subúrbio”, a Cachoeirinha era citada diariamente nas páginas policiais, principalmente em reportagens sobre casos de brigas, roubos e assassinatos. De modo geral, os moradores eram noticiados com forte carga de preconceito nas narrativas jornalísticas: “bêbados”, “prostitutas” e “marginais”. Assim, os grandes jornais eram usados para difundir ideias de intervenção social sobre determinados grupos sociais. Todavia, de algum modo, as notícias deixavam escapar traços do cotidiano dessas pessoas, principalmente nas colunas “Coisas Policiais” e “Queixas do Povo” (PINHEIRO, 2015b).

O bairro também concentrava um número significativo de terreiros de religiões de matrizes africanas. De treze casos noticiados entre os anos de 1913 e 1926, dez eram da Cachoeirinha, por exemplo. Mencionadas como “batuque” ou “pajelança”, essas práticas religiosas eram sistematicamente criminalizadas na imprensa, e seus líderes, frequentemente acusados de “curandeirismo”, “feitiçaria” e “exploração da credulidade pública”. Aliado ao Estado, a imprensa reivindicava a ação policial para reprimir essas celebrações que reuniam numerosas pessoas naquela região: prender os praticantes e fechar os espaços de culto. O discurso jornalístico foi, de fato, um grande propagador da criminalização dessas manifestações religiosas, com reportagens sobre supostos casos de mortes decorrentes de “rituais macabros” (TENÓRIO, 2021).

Diversas lideranças religiosas, principalmente as maranhenses, tinham intensa ligação com bois-bumbás da cidade: Boi *Tira Prosa* e Mãe Marcelina, um dos fundadores

do boi; Mãe Joana Galante, a madrinha do Boi *Galante*; Mãe Esperança Rosa Matos, fundadora do Boi *Luz de Guerra*; Boi *Mina de Ouro* e sua financiadora, Mãe Joana Campos. Especificamente na Cachoeirinha, para além da relação entre o Boi *Garantido* e Mãe Efigênia, tem-se: Boi *Corre Campo* e sua madrinha Mãe Quintina; Mestre Zé Preto e o Boi *Beija Flor*, bumbá que recebeu de uma ialorixá quando ele ainda era criança; Boi *Vencedor* e Mãe Joana, dona do terreiro onde o grupo brincava antes de partir rumo às ruas da cidade (MONTEIRO, 2004; ASSUNÇÃO, 2008; LIMA JÚNIOR, 2022; 2023).

Provavelmente, a fundação desses bois estava diretamente ligada também às promessas para as divindades religiosas de matrizes africanas. Ainda assim, de modo controverso, as obras de Mário Ypiranga Monteiro (1964; 2004) tentaram dissociar o “folclore regional” do protagonismo negro em sua formação cultural, particularmente os bois-bumbás. Conforme o folclorista, a presença de boi em Manaus, registrada desde 1859, seria contemporânea aos registros das manifestações nordestinas. Esse fato comprovaria que os bumbás amazonenses não teriam origem ou influência dos bumbás do Nordeste, mas sim do colono português, especialmente o Boi de São Marcos.

Com efeito, a historiografia tradicional negou a presença negra na região sob a lógica de um número reduzido de escravizados, apagando sua força produtiva e colaborações mútuas, solidariedades de cativos ou libertos (ALVES-MELO, 2020). Cabe assinalar que foi o próprio Mário Ypiranga Monteiro (1964) a reconhecer que, até a década de 1950, os brincantes dos bumbás de Manaus eram majoritariamente negros, sobretudo no Boi *Caprichoso*³, da Praça 14 de Janeiro, assim como nos bois da Cachoeirinha, lugar este denominado pelo folclorista de “um grande quisto negróide”. Esses bairros contavam com a presença de inúmeros trabalhadores negros nordestinos que chegaram intensamente a Manaus no final do século XIX.

Logo, o esforço interpretativo do folclorista amazonense procurou distanciar a cultura dos bois-bumbás de Manaus da sua ancestralidade africana. Em oposição, Vicente Salles (2015) ressaltou que, embora apresente características regionais, o Bumba Meu Boi é herança dos negros escravizados e aparece em quase todos os estados brasileiros, com especial esplendor no Norte e Nordeste do país. Por sua vez, Mavignier de Castro (1948, p. 185), membro da Academia Amazonense de Letras, argumentou que “foram os negros africanos trazidos como escravos pelos colonizadores que organizaram o celebrado

³ Fundado em 1913 pela família Fonseca, o Boi *Caprichoso* estava situado na comunidade negra estabelecida na Praça 14. Em 2014, ela foi certificada pela Fundação Palmares como o segundo quilombo urbano do Brasil, denominado Quilombo do Barranco de São Benedito (LIMA JÚNIOR, 2022).

divertimento exibido na quadra joanina. Com o evoluir dos tempos, outros detalhes de adaptação regional foram sendo integrados aos tradicionais folguedos”.

Para Selda Vale da Costa (2002), a presença mais intensa de bois em Manaus ocorreu a partir da década de 1920, com “correrias” de diversos bumbás pelas ruas da cidade, como *Garantido*, *Caprichoso*, *Mina de Ouro* e *Corre Campo*. Até então, as informações sobre os bois-bumbás nos noticiários locais eram bastante precárias, em claro contraste com as recreações das elites econômicas, amplamente divulgadas nas primeiras páginas dos jornais de grande circulação na capital amazonense, que contavam com o associativismo das elites jurídicas e de políticos influentes da cidade, demonstrando nesses eventos sua distinção social (PEREIRA, 2021).

As festividades da classe trabalhadora, residente nos “subúrbios” da cidade, ganhavam visibilidade apenas em casos excepcionais, sobretudo quando ocorriam conflitos entre os frequentadores dos ensaios de boi – fato que começou a mudar no final da década de 1920. Em outros lugares do país, o panorama era semelhante. Em São Paulo, por exemplo, apenas a partir da década de 1930 o cenário se modificaria. Os blocos carnavalescos populares de rua, que tinham como características o chiste e a zombaria praticados pelos mascarados, pouco apareciam na cobertura jornalística, pois eram considerados divertimentos de um único segmento social, constituído majoritariamente pela comunidade negra (SILVA, 1998).

O gradativo aparecimento das opções de lazer dos trabalhadores nas páginas dos periódicos demonstra que, distante de uma visão unívoca que enxerga os jornais como meros instrumentos de controle e disciplinarização dos trabalhadores, os periódicos tinham como característica principal a busca por novos leitores. Em outros termos, esses veículos empresariais, embora não deixassem de se posicionar e de atuar politicamente, suas publicações, de alguma forma, resultavam de negociações entre aqueles que redigiam os jornais e seus leitores (PEREIRA, 2016).

Em Manaus, essas dinâmicas podem ser identificadas no *Jornal do Commercio*. Fundado em 1904 pelo português Joaquim Rocha dos Santos, o periódico desempenhou um papel importante no processo de “modernização” da cidade, com temas relacionados à educação, à segurança, à higiene, à saúde, à cultura, à moda, ao lazer e ao consumo. A partir de 1907, o periódico passou por mudanças em suas formas de se comunicar com o público manauara, ao adotar a postura de um jornalismo sensacionalista para alavancar suas vendas. Nesse momento, o diário já estava sob a direção de Vicente Reis, um delegado de polícia que atuava no Rio de Janeiro e era conhecido por seus métodos

repressivos no combate aos “capoeiras” daquela localidade – posicionamento que ele manteve em Manaus, onde denunciava os praticantes da capoeira por meio de seu jornal (RIBEIRO, 2014).

Sobre os bois-bumbás, de forma muito tímida, seus primeiros registros datam os anos em que Vicente Reis assumiu o periódico, quando o *Jornal do Commercio* apenas mencionava a existência das brincadeiras do Bumba meu boi durante as festas “joaninas” da cidade, o que corrobora para definir o período ainda como de invisibilidade para os bumbás na imprensa. Mais tarde, em 1917, o diário passou a divulgar os requerimentos de licença e os respectivos despachos da Chefatura de Polícia. Em 1918, os bois foram registrados com mais detalhes, conforme mencionado no início deste texto. Somente nos anos 1940 os bumbás se consolidaram nas páginas dos periódicos da cidade.

“BEZERRINHO BONITO E FOGOSO”: DO CURRAL ÀS REDAÇÕES DOS JORNAIS

Com o advento da República, as licenças para os divertimentos públicos e privados foram cada vez mais exigidas para atender aos projetos de “civilização” para as cidades brasileiras. Esse fato é evidenciado no número de requerimentos impetrados na época pela classe trabalhadora para legalizar seu associativismo recreativo: cordões carnavalescos, pastoris, juninos etc. (CUNHA, 2001; BRASIL, 2016; PEREIRA, 2020; MARTINS, 2020; LIMA JÚNIOR, 2023).

No Amazonas, o Regulamento de Theatros, Casas de Diversões e Divertimentos Públicos era o mecanismo utilizado para o controle social das variadas formas de lazer dos trabalhadores. A licença tinha a validade de um ano e exigia o pagamento de taxas, além de restringir o funcionamento desses divertimentos até às duas horas da madrugada e estabelecer o livre acesso das autoridades policiais aos locais onde eram levados a efeito. Em Manaus, como em outras capitais do país, competia ao chefe da polícia a decisão de conceder licença, responsabilizando os proprietários sobre a necessidade de manutenção da ordem (REGULAMENTO, 1925).

No período republicano, a Polícia Civil assumiu uma posição central na efetivação do novo regime, com procedimentos operacionais que ambicionavam prevenir a criminalidade, com novas medidas de investigação e controle de crimes, assim como na regulação de manifestações e divertimentos públicos. Nesse processo, contudo, coexistiram práticas monárquicas e republicanas mais bem ajustadas no segundo período,

o que ocasionou a negação dos direitos à defesa plena e à integridade física. Isto é, “cabia à polícia estadual, mais do que à magistratura, exercer a autoridade governamental diante das situações locais dissidentes” (SOUZA, 2009, p. 85).

No caso dos bois-bumbás de Manaus, os pedidos de licença consistiam em informar o local, os dias e uma lista com a identidade dos componentes do cordão. O requerimento era destinado ao chefe da polícia, que o encaminhava ao delegado auxiliar para averiguar a ficha dos brincantes naquela instância criminal, conforme expresso no pedido de licença para ensaiar o Boi *Garantido*:

O chefe de polícia mandou ao delegado auxiliar, para informar si há inconveniente, a petição de João da Matta Muniz requerendo licença para fazer sair à rua, nas noites de Santo Antonio, São João e São Pedro, o cordão de boi denominado Garantido (JORNAL DO COMMERCIO, 23/5/1919, p. 1).

Como se pode notar, os festejos dos bois aconteciam nos dias festivos dedicados aos santos católicos. Essa pode ter sido uma tática dos diretores dos bumbás para obter o despacho favorável dos pedidos de licença, sob a justificativa de que se tratava de uma promessa ao santo, tal como ocorria no Maranhão, em que os donos dos bois alegavam que o santo poderia ficar zangado caso a obrigação não fosse cumprida (BARROS, 2009).

Com efeito, muitos negros se viram obrigados “a tomar o branco como modelo de identidade ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social” (SOUZA, 2021, p. 47). Desse modo, os caminhos utilizados pelos brincantes para garantir a legalidade dos bois-bumbás passavam pela associação de suas manifestações culturais à religião hegemônica, tendo em vista as exigências policiais para o funcionamento dos cordões recreativos.

Outro ponto interessante a ser observado nas licenças é a condição determinada pelo chefe da polícia sobre os locais permitidos para os bois brincarem: “O chefe da polícia concedeu licença a João da Matta Muniz para, em sua residência, à avenida Silves, ensaiar um cordão de boi de nome Garantido e bem assim sahir com o mesmo pelas ruas affastadas desta cidade nas noutes de Santo Antonio, São João e São Pedro” (JORNAL DO COMMERCIO, 24/5/1917, p. 2).

Esses pedidos de licença podem ser encontrados em periódicos que circulavam em Manaus no início do século XX, sobretudo no *Jornal do Commercio*, assim como no *Diário Official do Amazonas*. Neste, especificamente na coluna referente ao expediente

da Chefatura de Polícia, foi identificado outro pedido do diretor do Boi *Garantido*: “Foi deferida, pelo Dr. Chefe da Polícia, a petição de João Muniz da Matta, pedindo para ensaiar e sahir com o cordão de boi denominado Garantido” (DIARIO OFFICIAL, 3/6/1919, p. 3).

Embora formalmente aplicável a todos os cordões e sociedades recreativas, as restrições da legislação recaíam desproporcionalmente sobre os divertimentos da classe trabalhadora. Mesmo quando obtinham as licenças, os lugares relegados para esses brincantes eram as áreas periféricas, distantes do centro urbano. Nesse contexto, o mecanismo regulatório, sob aparência de neutralidade, constituía-se como dispositivo de controle espacial, pois representava um impeditivo à presença dos grupos de boi em outros espaços públicos da cidade.

Se, no regime escravista, os batuques e as festas de negros eram organizados sob a tutela dos senhores que, de algum modo, “permitiam” e “amparavam” essas formas de lazer nas cidades, com a República, esses direitos costumeiros passaram a ser tolhidos na tentativa de controle social da classe trabalhadora (PEREIRA, 2020). Em termos objetivos, mesmo no pós-abolição, mantinham-se aspectos de uma sociedade escravista, pois as práticas culturais da comunidade negra encontravam-se em um verdadeiro estado de sítio, ou seja, sob controle, perseguição e censura (NASCIMENTO, 2016).

Apesar disso, ainda que nitidamente um instrumento da classe dominante para se defender das pretensões dos dominados por meio de regras e sanções para conservar o seu poder de classe, “a condição prévia essencial para a eficácia da Lei, em sua função ideológica, é de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa” (THOMPSON, 1997, p. 354).

Nesse sentido, pode-se compreender que os diretores dos bumbás valeram-se da lei para avançar nas lutas por direitos à cidadania, como brincar em suas sedes e nas ruas. Portanto, a conquista da licença era um meio que eles encontraram para legitimar seus cordões recreativos. Afinal, legitimados, os bumbás gozavam de certa credibilidade perante a sociedade, ainda que seu funcionamento estivesse dentro de estreitos limites, pois esses centros de diversão popular não estavam isentos de desentendimentos e brigas entre os seus frequentadores. Ou seja, não eram raras as cassações das licenças dos bois.

Embora as licenças concedidas aos organizadores dos bois-bumbás lhes ajudassem a conferir maior credibilidade para seus divertimentos, esse não era o único recurso na luta pela ampliação da cidadania. Após o despacho favorável da polícia aos

requerimentos impetrados, a imprensa se tornou um dos principais horizontes de expectativa para os brincantes dos bois.

Principalmente a partir da década de 1920, os bois passaram a ter mais destaque nos registros da imprensa, sendo reconhecidos como um dos principais folguedos das festas juninas da cidade. O *Jornal do Commercio* (25/6/1929, p. 1) comentou que “a véspera e o dia de São João foram chochos”, pois as festividades daquele dia foram semelhantes às de Santo Antônio, isto é, “nada, três vezes nada”. Essa avaliação negativa decorria da ausência das “luminárias da Manáos Tramways em Flores [...] e da festança do Nacional. Apenas meia dúzia de bombas atroadoras, uns tantos busca-pés, três ou quatro balões, algumas fogueiras [...] à margem da linha circular e os bois que vieram à rua”.

Ainda que a narrativa expresse descontentamento em relação às comemorações “joaninas”, referindo-se a elas como “chochas” pela aparente perda de certas tradições da época, destaca-se que as celebrações da classe trabalhadora, entre estivadores e catraieiros, foram noticiadas. O jornal mencionou especificamente os bois que visitaram a sua redação naquele dia: *Caprichoso*, *Canário*, *Mina de Ouro* e *Garantido*⁴. Sobre o último, o periódico registrou: “À noite de ontem tivemos a visita do boi Garantido que, tendo à frente os seus diretores Benedito Velloso e Raymundo Gomes, dansou bastante, enquanto a sua gente entoava canções”.

Naquele mesmo dia de 1929, os componentes do Boi *Garantido* visitaram outro importante jornal: o *Estado do Amazonas*. Em contraste à visão do *Jornal do Commercio*, a referida folha destacou que, no dia de “São João Baptista”, toda a cidade esteve em festa, pois a população viveu “alguns momentos de franco entusiasmo”, tanto nos “arrabaldes” quanto em outros lugares da cidade, enchendo “as ruas de fumaça e alegria” devido “aos folguedos promovidos nesta capital”.

Segundo o jornal, “vários cordões fantasiados percorreram as ruas”, como os “renitentes bois, sob música característica”. Na ocasião, dois bumbás visitaram a redação: o *Canário*, que se apresentou “acompanhado por um grupo de jovens fantasiados, espalhou-se ahi dansando que foi um gosto”; e o *Garantido*, descrito como “um colosso” que, mesmo após haver “brigado contra legiões de fogueteiros”, ainda “arremetia com ímpeto e gallhardia. Era aquelle mimo” (ESTADO DO AMAZONAS, 25/6/1929, p. 1).

⁴ Os registros jornalísticos sugerem que esses eram os grupos de boi mais destacados do período, inferência baseada na frequência de suas menções nos jornais, especialmente em função das visitas que realizavam às redações dos diários.

Diretor do Boi *Garantido*, o maranhense Jeremias Ferreira era figura conhecida dos jornalistas, pois suas visitas ao *Jornal do Commercio* se estendiam à época carnavalesca. Folião experiente, participava ativamente de alguns cordões carnavalescos, levando-os para se apresentarem em frente ao diário, como fez com o afamado cordão “Mulatos em França” (JORNAL DO COMMERCIO, 21/2/1917, p. 1). Durante as festas juninas, o diretor aproveitava suas visitas para anunciar as apresentações do boi pelas ruas de Manaus: “Na noite de São Pedro, percorrerá a cidade com seus cânticos e danças o pessoal do cordão do ‘Boi Garantido’, conforme nos comunicou o diretor Jeremias Ferreira dos Santos” (JORNAL DO COMMERCIO, 27/6/1947, p. 1).

As apresentações do boi nas ruas tinham dupla função tática: além de reforçar os laços clientelísticos ao se exibir em frente às residências dos contratantes, o bumbá buscava visibilidade junto à imprensa, frequentemente estendendo suas performances até a madrugada, concentrando uma quantidade significativa de pessoas que o aguardavam nas redações dos jornais: “Às vinte e quatro horas dansou à nossa porta o cordão do boi Garantido” (JORNAL DO COMMERCIO, 25/6/1939, p. 1).

A divulgação positiva dos cordões de boi foi uma maneira articulada pelos diretores para modificar a imagem negativa dessas manifestações culturais, outrora construída pela própria imprensa. Desde os fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a negatificação dessas formas de diversão ocorria em diversos lugares do país, a exemplo do Maranhão, onde os bois eram desqualificados pelos jornais como “selvageria”, “berraria infernal” e “barbárie”, pois supostamente representavam o atraso, atribuído às suas heranças africanas (MARTINS, 2020).

No Pará, questões semelhantes eram sinalizadas pela imprensa no final do século XIX, sobretudo quando ocorriam encontros inamistosos entre brincantes pelas ruas da capital paraense. Para os jornalistas, tratava-se de casos de polícia, vistos como expressões da imoralidade e degeneração dos negros. Esse contexto repressivo evidencia os desafios à cidadania para a população negra no período imediatamente posterior à abolição. Somente a partir de 1908, agremiações, como o Boi Pai do Campo, passaram a receber um tratamento diferente pelos articulistas (COSTA, 2022).

Entre as décadas de 1920 e 1940, as brigas de rua entre bois-bumbás adversários ganharam bastante destaque na imprensa manauara. Esses conflitos estampavam as primeiras páginas dos periódicos, com narrativas sensacionalistas e emprego de palavras de cunho violento como elemento marcante nas crônicas policiais da época (LIMA JÚNIOR, 2022).

Portanto, as visitas dos bois aos periódicos de maior circulação na cidade visavam reverter o quadro de invisibilidade e a estigmatização pública. Nesse sentido, os diretores que levariam os bois aos jornais precisavam ser reconhecidos como pessoas idôneas, merecedoras de credibilidade junto aos jornalistas. Isso explica, por exemplo, o protagonismo do senhor Manuel do Nascimento, negro, funcionário público e morador do bairro Cachoeirinha, à frente do Boi *Garantido*.

Com o falecimento de Jeremias Ferreira em 1947, as visitas de Manuel Nascimento passaram a ganhar espaço nos jornais. Nos dois anos seguintes, “Manduca”, como era conhecido, adotou uma forma criativa para consolidar uma imagem positiva do cordão: “Recebemos do sr. Manuel Nascimento, diretor do bumbá Garantido, um convite para a festa que realizará hoje, ao ar livre, na rua Carvalho Leal, Cachoeirinha” (O JORNAL, 12/6/1948, p. 6). Todavia, antes de visitar os diários, era comum a direção do boi demonstrar respeito aos articulistas dos periódicos, solicitando “ao matutino associado, permitir que o referido bezerrinho, bonito e fioso [...] realizasse demonstrações em frente à redação” (JORNAL DO COMMERCIO, 12/6/1948, p. 6).

Dessa forma, as visitas aos periódicos iniciavam-se com um pedido formal de autorização para que os brincantes apresentassem seus números aos jornalistas, seguido pelo envio de convites. O objetivo era atrair os homens das letras para os ensaios do boi, pois tais presenças agregariam valor à festa, contribuindo para visibilidade, reconhecimento social e tolerância do chefe da polícia. Essas alianças, embora assimétricas, ajudavam na luta pela conquista de novos espaços de atuação para os brincantes. Além disso, a publicação dessas notícias assumia muita importância para os organizadores do boi, pois demonstrava aos leitores que seus eventos mantinham organização, simpatia e cuidados para evitar confusões em seus currais.

Na década de 1940, as publicações dos jornais divulgaram com mais ênfase os bois-bumbás como protagonistas das “quadras joaninas”, particularmente em decorrência dos concursos realizados para eleger o melhor grupo “joanino”, como atesta o comunicado do *Jornal do Commercio* (10/7/1947, p. 6):

Às 20 horas de hoje, no arraial organizado à rua Leonardo Malcher, efetuar-se-á o concurso para a classificação do “bumbá” campeão de 1947. Concorrerão ao interessante torneio quase todos os “bois” que alegraram os festejos joaninos no corrente ano, como sejam: “Veludinho”, “Campineiro”, “Tira Prosa”, “Teimoso”, “Mina de Ouro”, “Curinga”, “Canário”, “Caprichoso”, “Galante”, “Vencedor”, “Treme-Terra”, “Corre Campo”, “Estrela D’Alva”, “Beija Flor”,

“Relâmpago”, “Malhadinho”, “Dominante”, “Garantido” e “Guanabara”.

Esses concursos eram organizados por diretores dos bumbás, clubes de futebol e pelo folclorista e jornalista Mário Ypiranga Monteiro. Desde os anos de 1930, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), havia ganhado força no país a construção da “identidade brasileira”, isto é, a edificação de uma “nação” com especificidades culturais. Exemplo disso é a *Comissão Nacional de Folclore*, dedicada ao estudo e fomento do “folclore”, ao valorizar as culturas afro-brasileiras e indígenas como símbolos de identificação da cultura nacional. Destacado nessa área, Mário Ypiranga Monteiro fundou em 1948 a *Comissão Amazonense de Folclore* com o objetivo de registrar as diversas manifestações “folclóricas” do estado, com destaque para costumes e hábitos regionais que diferenciariam o Amazonas das demais regiões do país⁵ (ALVES-MELO, 2020).

Foi justamente Mário Ypiranga Monteiro que condenou as mudanças ocorridas nas apresentações dos bumbás após a fundação do Festival Folclórico do Amazonas, em 1957, pelo jornalista Bianor Garcia, contando com o financiamento dos jornais *Diário da Tarde* e *O Jornal*, da empresa Archer Pinto. Anos antes, esses dois periódicos haviam dado bastante ênfase em suas páginas aos bumbás da cidade, registrando diversas danças e cantorias realizadas pelos brincantes dos bois. No ano de 1948, por exemplo, o periódico *O Jornal* (24/6/1948, p. 6), que se autodenominava “o matutino de maior circulação no Amazonas”, registrou a visita de dezesseis grupos juninos, entre bois e pássaros. O Boi *Garantido*, conduzido por Manduca, se apresentou com “cânticos e danças, em que os 25 figurantes tiveram de mostrar o seu preparo”.

Em 1946, o referido jornal havia se posicionado favoravelmente aos bumbás. Por meio de um editorial, seus jornalistas criticaram uma medida policial que proibia as saídas dos bois pelas ruas da cidade. O periódico se referiu às restrições aos bumbás de brincarem apenas em seus currais, sob a justificativa de impedir possíveis brigas e perturbações do sossego público. Com o título “Dansem, bumbás!”, justificou: “Eles não perturbam o sossego de ninguém”, ao contrário, “transmitem ao nosso povo [...] alguma coisa de balsâmico e consolador” (O JORNAL, 4/7/1946, p. 1).

Em contraponto à medida policial, para os articulistas do periódico, os bumbás eram uma das poucas reminiscências das festas juninas, nas quais a classe trabalhadora

⁵ *Roteiro do Folclore Amazônico* – Vol. I e II, livros publicados respectivamente em 1964 e 1974, apresentam diversos aspectos da cultura amazonense.

encontrava neles um “lenitivo para os seus males, um bafejo de alegria para as suas desditas”. Na defesa da continuidade das brincadeiras dos bois, os jornalistas questionaram: “Sobre as brigas? Ora, sr. Chefe de Polícia, pois não é função da entidade que v.s. preside justamente evitá-las?”. Ao fim, ironizaram a suposta ineficiência da força policial: “Não é para isso que existe em cada ponto da cidade um guarda civil armado até os dentes e com todas as credenciais para fazer-se impor como autoridade?”.

Em que pese a possibilidade de simpatia desses jornalistas em relação aos boismumbás, é importante salientar que “a necessidade de se render aos interesses do público levava também as folhas a temperar o tom de suas críticas ao mundo das ruas, de modo a não afastar os possíveis leitores interessados nas práticas e experiências ligadas a ele”. Em outras palavras, deve-se compreender a imprensa em sua polissemia, já que procurava “agradar” seus novos leitores, sem desprezar aqueles habituais, ao narrar esses acontecimentos “passíveis de diferentes leituras de acordo com o lugar social do leitor” (PEREIRA, 2016, p. 13).

Essas perspectivas talvez expliquem que o mesmo periódico também estampava em suas capas os conflitos entre brincantes de bois pelas ruas de Manaus, sobretudo em avenidas “elegantes”: “Atentado à ordem pública: luta de morte em plena avenida Eduardo Ribeiro, entre os bois Mina de Ouro e Corre Campo” (O JORNAL, 28/6/1950, p. 1). Todavia, os jornalistas deixavam clara sua rejeição somente às brigas e não às apresentações dos bois pelas ruas, vistas como recreações legítimas dos trabalhadores:

Deixem-nos sair à rua, marcando a nostalgia das suas toadas com o entusiasmo ardente da garotada que os acompanha. Que sejam essas vozes, vozes dos operários, de gente do povo, de homens dos bairros, que nos venham acordar quando a lua romper as franjas das nuvens escuras, rendando prata por entre a brancura do casario! (O JORNAL, 4/7/1946, p. 1).

Embora a imprensa afirmasse que sua oposição fosse exclusivamente aos encontros violentos, acabava por condenar os bumbás na totalidade, inclusive imputando aos brincantes uma imagem de pessoas incorrigíveis, passíveis de repressão policial. Em contrapartida, essas relações construídas com os articulistas dos jornais possibilitaram que os integrantes dos bois conquistassem alguma visibilidade midiática e conseguissem ampliar seu alcance a outros segmentos sociais, pois as informações prestadas pelos diários permitem compreender outras formas adotadas pelos diretores dos grupos em favor das brincadeiras dos bumbás: os apadrinhamentos.

Realizou-se, ontem, o ensaio geral e o batismo do bumbá “Garantido”, em seu curral, armado nas proximidades da Parada Campelo. O aludido bumbá, pertencente à tradicional “Santa” dos arraiais suburbanos, teve como padrinho o popularíssimo Diógenes Varas, figura querida dos moradores da Cachoeirinha (JORNAL DO COMMERCIO, 23/6/1949, p. 2).

Desde a época da escravidão, os apadrinhamentos foram adotados pelos escravizados em busca de proteção e de ganhos dentro daquela conjuntura histórica, assim como a mobilidade social após a abolição. Com efeito, a sociedade capitalista manteve os negros na condição anterior, uma vez que “a espoliação social que se mantém para além da abolição busca, então, novos elementos que lhe permitem justificar-se” (SOUZA, 2021, p. 48). Em outros termos, ainda que algumas concessões fossem feitas aos negros, a classe dominante empregava mecanismos como esses para inferiorizá-los e controlá-los.

As visitas do Boi *Garantido* e suas respectivas notícias são reveladoras do profundo entendimento de que era necessário usar a imprensa a seu favor naquele contexto histórico, o que permite acreditar numa relação de negociações estabelecidas entre os jornalistas e os diretores do bumbá, pois não é crível avaliar as divulgações jornalísticas como cercadas de eventualidades. Em leitura a contrapelo, os jornais foram espaços ocupados pelos grupos de boi para apresentarem seus componentes e suas habilidades, assim como um canal de comunicação com pessoas interessadas em suas apresentações.

Naquele contexto de invisibilidade nos periódicos, as notícias sobre o Boi *Garantido* estão presentes em colunas e páginas que não eram de anúncios ou comunicados oficiais, o que pode evidenciar pelo menos dois aspectos importantes: o recurso das visitas almejava a divulgação dos eventos do boi sem a necessidade de pagamento aos jornais, assim como o interesse das gazetas em abarcar novos leitores para ampliar suas vendas.

Não se pode perder de vista que as elites econômicas usavam os jornais de modo a dissimular o racismo e manter o domínio sobre os trabalhadores, tentando mostrar-se ao lado dos brincantes e dos diretores dos bois. Afinal, os ganhos da imprensa estavam muito acima daqueles “concedidos” aos brincantes, uma vez que os dominantes buscavam tornar a “domesticação” dos negros a possibilidade de continuar a exploração de mão de obra barata. Especialmente durante o Estado Novo, a ideia era despolitizar a sociedade, freando a mobilização operária. Havia uma tentativa de enquadrar as formas

de organização dos trabalhadores naqueles anos de 1930 e 1940: a substituição da “luta de classes” por “colaboração de classes” (LENHARO, 1986).

Com efeito, é importante reforçar que a atuação política dos jornais de maior circulação mobiliza opiniões, demarca espaços, delimita temas, constitui adesões e consensos (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Apesar disso, a visibilidade dos bois-bumbás na grande imprensa manauara decorria das experiências multifacetadas dos trabalhadores de levar os bumbás ao público não-praticante, como caminhos de contestação às imagens negativas e estereotipadas de suas práticas festivas – resultado de um processo que partia das mobilizações dos brincantes aos jornais, e não o inverso!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas nos jornais indicam que uma dezena de bumbás de Manaus sumiu, mudou de dono e, conseqüentemente, de curral ao longo das décadas. Por vezes, antigos donos faleceram e não houve na família quem pudesse assumi-los, principalmente devido às dificuldades financeiras, o que desencadeou o desaparecimento de muitos bumbás ou a interrupção temporária de suas apresentações. É plausível suspeitar que este tenha sido o caso do Boi *Garantido*, da Cachoeirinha, pois o bumbá deixou de aparecer nos jornais após 1949. Somente na década de 1970 o boi foi reativado, quando passou a se apresentar no Festival Folclórico do Amazonas, agora sediado em novo local, o bairro São Jorge.

Nesse sentido, um aspecto importante a ser salientado é que muitos bois-bumbás podem ter sumido sem que fossem registrados na imprensa. Além disso, os registros jornalísticos não mencionaram a cor, tampouco prestaram informações mais detalhadas sobre a biografia dos brincantes e diretores dos bumbás, fato que dificulta a recuperação das experiências de pessoas negras em Manaus no pós-abolição. Identificar a cor dos organizadores do Boi *Garantido* só foi possível graças aos registros de folcloristas e memorialistas.⁶

Embora as notícias referentes aos bois de Manaus nas primeiras duas décadas do século XX se constituíssem sumariamente precárias, esse quadro de invisibilidade não condizia com os interesses da classe trabalhadora no período junino, pois os cordões de boi reuniam muitos brincantes e entusiastas. Inclusive, é possível inferir que a

⁶ Mário Ypiranga Monteiro (2004) em Boi Bumbá: História, Análise Fundamental e Juízo Crítico; Alvarir Assunção (2008) em Auto do boi-bumbá Corre Campo e outros Famas.

notoriedade alcançada pelos bois-bumbás da capital amazonense tenha inspirado a criação de novos bois nas cidades do interior do Amazonas, incorporando até mesmo seus nomes e símbolos.

A partir da década de 1930, as notícias sobre os bois-bumbás aumentaram de forma expressiva. Contudo, isso não significa que a oposição dos jornalistas aos bumbás tenha cessado, uma vez que os veículos de comunicação noticiavam frequentemente os conflitos entre grupos de boi adversários, empregando linguagem sensacionalista em suas reportagens. Ainda que a imprensa comercial tenha incorporado em suas páginas as práticas e os gostos da classe trabalhadora – de modo a expandir suas vendas ao atrair um público novo –, ela jamais abdicou de suas ideologias capitalistas, imperialistas, classistas e racistas, pois os fatos aludidos neste texto comprovam que a classe dominante nunca foi aliada dos bois-bumbás.

Sob essas perspectivas, seria ingênuo demais acreditar que aqueles brincantes negros e empobrecidos conseguiriam reverter os interesses dos redatores de periódicos de grande circulação em Manaus, pois, mesmo que os brincantes alcançassem algum tipo de visibilidade nesses veículos de comunicação, os ganhos dos jornais eram infinitamente maiores, representativos dos interesses da classe dominante, historicamente enraizados na divisão racista da sociedade.

Por fim, este artigo conferiu visibilidade histórica ao protagonismo de trabalhadores negros e empobrecidos, dando ênfase às suas lutas por cidadania cultural no pós-abolição, com enfoque especial nas visitas do Boi *Garantido* às redações dos jornais, onde os brincantes ofereciam números especiais aos articulistas. Essas atitudes dos integrantes do bumbá visavam à conquista de espaços físicos e simbólicos na cidade, por meio de negociações com os jornalistas, como forma de reverter a invisibilização e a estigmatização de suas práticas festivas vivenciadas naquele centro de diversão popular: a Cachoeirinha.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Festas e lutas políticas: das festas do 13 de maio às festas do Quilombo de São José da Serra, RJ, 1888 - 2011. p. 30-57. In: ABREU,

Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, Eric (orgs.). **Cultura negra vol. 1: festas, carnavais e patrimônios negros**. Niterói: Eduff, 2018.

ALVES-MELO, Patrícia. Rompendo o silêncio da presença negra no Amazonas: um breve balanço historiográfico. p. 249-284. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020.

AMAZONAS. Cachoeirinha. **Secretaria de Estado de Comunicação Social - Coordenadoria de Relações Públicas**. Manaus, 1987 (Bairros de Manaus, 4).

ASSUNÇÃO, Avaldir. **O auto do boi-bumbá - Corre Campo e outros Famas**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas - 1859**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

AZEVEDO, Amailton Magno. Samba: um ritmo negro de resistência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 70, p. 44-58, ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/149632>. Acesso em: 4 mai. 2024. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i70p44-58>.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. Usos e abusos do encontro festivo: identidades, diferenças e desigualdades no Maranhão dos Bumbas (c. 1900-50). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 6, n. 8, 2009. Disponível: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/169. Acesso em 7 mai. 2024. Doi: <https://doi.org/10.18817/ot.v6i8.169>.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Os bois-bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

BRASIL, Eric. **Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província: a Imprensa Amazonense durante o período imperial (1851-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: Edusp, 1988.

CASTRO, Mavignier de. **Síntese histórica e sentimental da evolução de Manaus**. Manaus, Tipografia Fenix, 1948.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 6, p. 1019-1046, 2000.

COSTA, Antônio Maurício. **Bumbás da Amazônia: negritude, intelectuais e folclore (Pará, 1888 - 1943)**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022.

COSTA, Selda Vale da. Boi-bumbá, memória de antigamente. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 147-153, maio 2002. Disponível em <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/268>. Acesso em 8 mai. 2024. Doi: <https://doi.org/10.29327/233099.2.1-12>.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920**. 3ª. ed. Manaus: Valer, 2019.
- FERRETTI, Mundicarmo. **Encantaria de Barba Soeira: Codó, capital da magia negra?** São Paulo: Siciliano, 2001.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.
- LIMA JÚNIOR, J. B. Negros a bumar: Boi Caprichoso, sociabilidade e resistência em Manaus (décadas de 1920 a 1940). **Revista Aedos**, /S. I./, v. 14, n. 31, p. 91-110, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/120449>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- LIMA JÚNIOR, Josivaldo Bentes. A cidade dos bumbás: experiências festivas em Manaus (1917-1948). p. 169 – 182. In: SILVA, Marcos; TOMELIN JR., Nelson (organizadores). **História, trabalho, cultura e tecnologia**. Curitiba: CRV, 2023, (Coleção PPGH, v. 9)
- MARTINS, Carolina Christiane de Souza. **Bumba meu boi e festas populares na ilha do Maranhão: entre negociação e conflito (1885-1920)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Boi-bumbá: história, análise fundamental e juízo crítico. Manaus**. Edição do autor, 2004.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro do folclore amazônico**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, I Tomo, 1964.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PEREIRA, Kivia Mirrana de Souza. **As elites se divertem: identidades, sociabilidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros do Rio de Janeiro (1881-1933)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ; EdUERJ, 2020.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História (São Paulo)**, v. 35, p. e99, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/WtS867DVMvyQgSsGRzY6s9z/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de mai. 2024. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000099>.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, trabalho e imprensa em Manaus, 1890-1928. **Revista Litteris**, n. 14, p. 1-21, 2014. Disponível em: https://www.revistalitteris.com.br/files/ugd/3d3c16_69c29521f15a45b9a461f89330c2808b.pdf. Acesso em 8 mai. 2024.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925**. 3ª ed. Manaus: FUA, 2015a.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Manaus: Edua, 2015b.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do Norte: o Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos**. 2ª ed. - Belém (PA): Paka-Tatu, 2015.

SILVA, Zélia Lopes da. Os espaços da festa: o carnaval popular de rua do Brasil dos anos 20. **História & Ensino**, v. 4, p. 153-172, 1998. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12502>. Acesso em 4 mai. 2024.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Lei, cotidiano e cidade: Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. 1ª ed. - São Paulo: IBCCRIM, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TENÓRIO, Adriano Magalhães. **Pajelanças e Cultos Pretos em Manaus (1904 a 1940)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1997.

VALENTIN, Andreas. **Contrários - A celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins**. Manaus: Editora Valer, 2005.

FONTES

DIARIO OFFICIAL. **Chefatura de Polícia**. Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Diário Oficial. Nº. 84483. Manaus, 3 jun. 1919, p. 3.

JORNAL DO COMMERCIO. **A véspera e o dia de São João foram chochos**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. Nº. 8736. Manaus, 27 jun. 1929, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **Boi Garantido**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. Nº. 4745. Manaus, 15 jul. 1917, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **Dança do boi**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. Nº. 11830. Manaus, 25 jun. 1939, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **Concurso para a escolha do melhor "Bumbá"**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. Nº. 14847. Manaus, 10 jul. 1947, p. 6.

JORNAL DO COMMERCIO. **Concurso para a escolha do melhor "Bumbá"**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. Nº. 12137. Manaus, 27 jun. 1947, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **Festas Joaninas**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. Nº. 5063B. Manaus, 21 jun. 1918, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **Os últimos ecos do carnaval.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. N.º. 4607. Manaus, 21 fev. 1917, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **Recreações.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. N.º. 14781. Manaus, 23 jun. 1949, p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. **Recreações.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. N.º. 14773. Manaus, 12 jun. 1948, p. 6.

JORNAL DO COMMERCIO. **Varias.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. N.º. 4698. Manaus, 24 mai. 1917, p. 2.

JORNAL DO COMMERCIO. **Varias.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio. N.º. 5063B. Manaus, 23 mai. 1919, p. 1.

O ESTADO DO AMAZONAS. **São João Baptista.** Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. O Estado do Amazonas. N.º. 3061. Manaus, 25 jun. 1929, p. 1.

O JORNAL. **Atentado à ordem pública: luta de morte em plena avenida Eduardo Ribeiro, entre os bois Mina de Ouro e Corre Campo.** Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. O Jornal. N.º. 7853. Manaus, 28 jun. 1950, p. 1.

O JORNAL. **Bumbás.** Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. O Jornal. N.º. 7243. Manaus, 24 jun. 1948, p. 6.

O JORNAL. **Bumbás.** Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. O Jornal. N.º. 7233. Manaus, 12 jun. 1948, p. 6.

O JORNAL. **Dansem, bumbás!.** Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. O Jornal. N.º. 6635. Manaus, 04 jul. 1946, p. 1.

REGULAMENTO. **Regulamento de Theatros, Casas de Diversões e Divertimentos Publicos.** Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus, 1925.

Recebido em: 29/05/2024
Parecer dado em: 15/07/2024